

Dúvidas sobre a pauta dos trabalhos

por Célia Roseblum
de São Paulo

Lideranças partidárias prevêem que a convocação extraordinária do Congresso Nacional, em meados de janeiro, se dará em torno da apreciação de medidas provisórias que perderão a validade. A indefinição em

torno da pauta coincide com incertezas em relação a duas questões de impacto direto para o governo federal: os efeitos para a economia do possível agravamento do conflito no golfo e a aproximação da posse do novo Congresso, com uma renovação de mais de 60%.

“Será um momento poli-

tico importante para o governo”, diz Gastone Righi, líder na Câmara de um dos partidos que têm dado sustentação parlamentar ao presidente Fernando Collor de Mello (PTB). Em seus cálculos, as medidas provisórias devem começar a tramitar dez dias antes da posse dos novos deputados, um período delicado, já que os parlamentares que começarão a discutir a matéria talvez sejam substituídos na votação.

É esse um dos motivos que levam Righi a prever que alterações no plano econômico estarão fora da pauta.

“Até por medida de precaução precisamos ver que recessão é essa que vai ser ocasionada. Aguardar os efeitos até março. As correções de rota só devem ser feitas em abril, pelo menos essa é a previsão”, disse o líder do PTB.

Righi acredita que, por ser final de mandato, haverá quórum para a apreciação das medidas provisórias que constarem em pauta. Já outro líder ligado ao governo, Arnaldo Faria de Sá (PRN/SP), acha “muito difícil” que ocorram votações ainda em janeiro. E prevê que o número de parlamentares em plenário será suficiente apenas para a leitura de mensagens “o que convalida a medida”.

Faria de Sá, no entanto, concorda com Righi quanto



Euclides Scalco

à possibilidade de o Executivo aproveitar os últimos dias de convivência com um Congresso onde já tem os apoios estruturados para modificar o plano econômico: “Não existe esta previsão, pelo menos por enquanto”.

O líder do PSDB, Euclides Scalco (PR), deduziu que o presidente Collor poderá usar a convocação extraordinária para colocar em pauta alguns temas que integravam as cinco medidas provisórias rejeitadas pelo Congresso na última sessão do ano como, por exemplo, incentivos para capacitação tecnológica das indústrias. Além disso, prevê a apreciação de reedições das medidas provisórias sobre mensalidades escolares, Imposto Territorial Rural (ITR) e extinção do Lloyd Brasileiro.